ATA DE REUNIÃO

1. DADOS DA REUNIÃO

104ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE SAÚDE SUPLEMENTAR

Data	Horário de Início	Horário de Término	Local
03/12/2020	15h	17h58min	via Plataforma Microsoft Teams

2. PARTICIPANTES

2.1. Lista de Presença constante do presente Processo SEI nº 33910.019022/2020-91, documento nº 20416007.

3. PAUTA

Item	Assuntos
1	**Abertura**
2	**Informes e Apresentações**: 2.1 Ações da Agência Nacional de Saúde Suplementar, no ano de 2020, para enfrentamento da Pandemia do Coronavírus (Diretorias da ANS); 2.2 Consulta Pública nº 81 – Atualização do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde Ciclo 2019/2020 – período 08/10 a 21/11/2020 (DIPRO); 2.3 ANS Digital (DIGES); 2.4 Redução do Estoque Regulatório (SEGER); 2.5 Capital Baseado em Risco de Crédito (DIOPE).
3	**Encerramento**.

4. RELATO DA REUNIÃO

ABERTURA – No dia 03 de dezembro do ano de 2020, às 15 horas, de forma virtual via plataforma *Microsoft Teams*, teve início a 104ª Reunião Ordinária da Câmara de Saúde Suplementar (CAMSS), órgão integrante da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), de caráter permanente e consultivo, nos termos do Parágrafo Único, do Artigo 5º e Artigo 13, da Lei n° 9.961, de 28 de janeiro de 2000, combinado com o artigo 4º, da Medida Provisória nº 2.177, versão 44. A reunião foi presidida pelo Sr. **Rogério Scarabel Barbosa,** Diretor-Presidente Substituto e Diretor de Normas e Habilitação dos Produtos da ANS, estando presentes os membros titulares e suplentes da CAMSS, conforme lista de presença documento SEI 20416007, bem como os demais Diretores da ANS: o Diretor de Normas e Habilitação das Operadoras, Sr. **Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho**; o Diretor de Gestão Substituto, Sr. **Bruno Martins Rodrigues**; o Diretor de Fiscalização Substituto, Sr. **Maurício Nunes da Silva**; e o Diretor de Desenvolvimento Setorial Substituto, Sr. **César Brenha Rocha Serra**. O Sr. **Rogério Scarabel Barbosa** (Diretor-Presidente Substituto da ANS) deu início à reunião, cuja pauta teve a seguinte dinâmica: 1 - **Abertura; 2 – Informes e Apresentações; e 3 - Encerramento.** Cumprimentando a todos, registrou que aquela era a última reunião de 2020, ano ímpar na história mundial, extremamente desafiador para o Brasil e para a ANS, que traz uma reflexão sobre tudo que vem ocorrendo no enfrentamento da pandemia da Covid-19 e sobre quais os caminhos se deve seguir. Destacou que a saúde suplementar tem um papel crucial nesse momento e, portanto, a regulação do setor tem que continuar na busca das melhores alternativas para a sociedade, preservando e fortalecendo a saúde, que é um bem preciosíssimo, tratando a doença e mantendo o setor sustentável para continuar cumprindo seu papel. Neste sentido, enfatizou que a Câmara de Saúde Suplementar é um fórum de diálogo permanente e

espaço de grande relevância de participação social e agradeceu os membros da CAMSS, tanto os que encerrariam neste biênio quanto aos que permaneceriam, pelas propostas de debate de diversos temas, pelas provocações pertinentes, pelas importantes contribuições, por toda a pareceria, informações e subsídios que contribuíram para a atuação regulatória da ANS. Consignou que aquele era também o ano em que a ANS completou 20 anos, ao longo dos quais promoveu uma série de regulações, de orientações, sempre em prol do bem comum, com vistas ao equilíbrio, à proteção social na assistência à saúde, à estabilidade e à preservação do setor, buscando a integração com o Sistema Único de Saúde - SUS e contribuindo para o sistema de saúde do país. Assegurou que, sem dúvida alguma, aquela não era uma tarefa fácil, porém, com a dedicação dos servidores da ANS, de todos os membros da Diretoria Colegiada que por ela passaram e por todos aqueles que, direta e indiretamente, contribuíram para a regulação, foi possível construir um ambiente melhor para a sociedade. Salientou que o ano se finda, mas o trabalho de todos da ANS continuará firme na busca de sua missão institucional de promover a defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde, regular as operadoras setoriais, inclusive quanto as suas relações com os prestadores e consumidores e, principalmente, contribuir para o desenvolvimento das ações de saúde no país. Abriu a palavra para as considerações iniciais dos demais diretores da ANS. O Sr. **César Brenha Rocha Serra** (Diretor Substituto de Desenvolvimento Setorial da ANS), fazendo das palavras do Diretor-Presidente as suas, disse que, com certeza, 2020 ficaria marcado na história da saúde do país e para a ANS, um ano de muito trabalho, de muito diálogo com o setor, com a sociedade e, especialmente, com os membros da Câmara de Saúde Suplementar, que muito auxiliaram na construção de saídas quando a ANS foi chamada a apresentar soluções, a partir dos momentos em que a pandemia se desenhava. Reconhecendo o legado da participação colaborativa, agradeceu a todos que participaram do biênio 2019-2020 e desejou sorte aos que sucederiam nos próximos dois anos. Asseverando que o cenário da pandemia ainda indicava meses de enfrentamento e que o desafio não havia acabado, reforçou a importância da continuidade do contato constante com todos no sentido de que a ANS possa colher subsídios, entender os pleitos e visões dos participantes dos diversos segmentos e obter, principalmente, informações que propiciem segurança para uma tomada de decisão mais bem substanciada. O Sr. **Maurício Nunes da Silva** (Diretor Substituto de Fiscalização da ANS) agradecendo a presença de todos, também agradeceu aos membros da CAMSS por toda a ajuda e parceria durante o período de 2020, ano dificílimo para o Brasil e para o mundo de forma em geral, ao se deparar com uma pandemia sem precedentes nas últimas décadas, com fortes impactos sociais e econômicos para todas as nações. Evidenciando que a pandemia forçou o país a adotar uma série de medidas urgentes ao combate do novo Coronavírus, frisou que a ANS teve um papel fundamental nas diversas ações que implementou durante o período - as quais seriam apresentadas naquela reunião - e, da mesma forma, a Câmara de Saúde Suplementar, por meio de seus membros, bem como todos os representantes que compõem o setor de saúde suplementar, tiveram uma missão de suma relevância. Apontou que, nove meses após o início da pandemia no Brasil, a saúde suplementar já começa a visualizar sinais de uma recuperação econômica, considerando que a quantidade de beneficiários vem aumentando desde junho e já supera o período pré-pandemia, tendo chegado em outubro a um total de 47,2 milhões de beneficiários em planos privados de assistência à saúde. Afirmou que a ANS vai continuar trabalhando com afinco para uma saúde suplementar cada vez melhor e reforçou a importância de se manter todos os cuidados necessário para o combate e prevenção da Covid-19 até que se tenha um processo de imunização em massa. Concluiu desejando um 2021 promissor, com total controle do novo Coronavírus, com a retomada da economia, com geração de empregos e um setor melhor para todos. O Sr. **Bruno Martins Rodrigues** (Diretor Substituto de Gestão da ANS), comentando que a pandemia trouxe uma crise de impactos sérios e de repercussão, cujas consequências ainda vem se desenrolando, apontou que seus efeitos ainda irão reverberar na economia por algum tempo, até que se possa retomar o controle efetivo da situação. Ressaltou que o ineditismo dessa crise obrigou a se enfrentar um inimigo que, até agora, ainda não se conhece bem e a pensar, debater saídas e adotar medidas inovadoras a partir dos desafios que foram surgindo. A respeito de tantas dificuldades e do caos trazido pela pandemia, opinou que ela também pode ser compreendida como um grande freio de arrumação, principalmente no setor de saúde suplementar. Disse que alguns paradigmas precisaram ser quebrados e soluções, que pareciam distantes da execução, precisaram ser colocadas em prática sem muita cerimonia ou testes. Neste prisma, citou dois exemplos: a experiência com o modelo de trabalho remoto, adotada em um espaço de tempo extremamente curto, no qual as pessoas precisaram se organizar e se adaptar, porém, que trouxe uma dinâmica nas novas ações de trabalho, representando uma mudança bastante significativa para algumas

organizações; e a própria telemedicina, ferramenta de atendimento já conhecida no setor, mas ainda pouco utilizada e que ganhou uma oportunidade de ser testada nesse momento de isolamento social, caracterizando um primeiro passo de importante avanço de um modelo alternativo e complementar de assistência à saúde, que, ao seu ver, deve continuar evoluindo. Assim, sinalizou que é necessário persistir nesse caminho de inovação, atentar para as oportunidades, aumentar o diálogo entre os atores, ceder a novos modelos de negócios e formas de fazer e estimular o uso de tecnologias em favor do melhor aproveitamento de recursos. Ponderou que o momento é de superação, mas também de oportunidades e que quem souber lidar melhor com elas se destacará, principalmente, na retomada da economia. Concluiu dizendo que a CAMSS tem um papel fundamental nesse processo, abrindo espaço para todas as representações do setor se manifestarem, trazendo contribuições, estimulando o debate e, dessa forma, criando um ambiente favorável para um novo desenho da saúde suplementar, que seja centrado na sustentabilidade. O Sr. **Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho** (Diretor de Normas e Habilitação das Operadoras da ANS), primeiro, ressaltou que, apesar de aquela ser a última reunião ordinária do ano, ainda havia um mês inteiro pela frente, com muitas situações pendentes, a exemplo do Projeto de Lei - PL nº 6.330 que precisava ainda ser discutido. Disse que o ano de 2020 foi um desafio tremendo para o setor de saúde suplementar e ainda continuará sendo, haja vista o segundo momento de pico que se aproximava. Destacou que, ao longo daquele ano difícil, a ANS, como sempre fez, porém agora de forma intensificada, procurou o diálogo constante com o setor, conversando diuturnamente com todos os atores, em vários momentos, inclusive finais de semana que não existiram internamente. Avaliou que, ainda que intenso e árduo, o período foi proveitoso, pois, apesar de toda a dificuldade que vem sendo enfrentada, essa nova experiência vai fortalecer e enriquecer a relação construída diante desse novo normal, mudando um pouco o comportamento diante do lidar, de enxergar os problemas dos outros com empatia, solidariedade, sentimentos fortes que, com certeza, cada um sentiu e sofreu ao longo desse período. Agradecendo aos membros que não continuariam no biênio seguinte, disse que aquele era o momento de exaltar todo o trabalho da CAMSS, que possibilitou que a Agência compartilhasse vários temas e encontro de soluções por meio de um diálogo propositivo e rica contribuição de todos, provando que unidos e cada um atentando para a multidisciplinaridade de todos ao entorno é o caminho para que se consiga uma solução que amenize os impactos dessa pandemia. Por fim, agradeceu também aos servidores e reforçou que a Agência está disposta a interagir sempre com a criação de soluções. O Sr. **Rogério Scarabel Barbosa** (Diretor-Presidente Substituto da ANS), após as considerações iniciais, registrou que a ata da reunião anterior, realizada em 17/09/2020, havia sido enviada, por e-mail, a todos os integrantes da CAMSS no dia 25/11/2020, ficando disponível para considerações até 1º/12/2020 e, como não houve solicitações de alteração, consignou que a Ata da 103ª Reunião Ordinária da Câmara de Saúde Suplementar estava aprovada tacitamente por todos os membros da CAMSS e, conforme a nova dinâmica de reuniões via *online*, aquela ata seria assinada eletronicamente pelos Diretores da ANS que participaram da reunião e, posteriormente, disponibilizada no *site* da ANS junto com a gravação, como tem sido feito desde o início da pandemia. Informou que a lista de eventos previstos, os normativos publicados desde a reunião da Câmara de nº 103 e o *link* para acompanhamento da Agenda Regulatória da ANS 2019/2021 também foram encaminhados aos membros da CAMSS, por e-mail, no dia 26/11/2020. Registrou a publicação da Portaria nº 406, de 1º/12/2020, que dispôs sobre as seguintes alterações de membros da CAMSS, solicitadas pelas entidades: alteração dos representantes do Ministério da Economia - área da Fazenda, com a nomeação do Sr. Andrey Vilas Boas de Freitas, como titular e da Sra. Mariana Piccoli Lins Cavalcanti, como suplente; alteração dos representantes do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com a nomeação do Sr. Pedro Aurélio de Queiroz Pereira da Silva, como titular, e da Sra. Camila Parente Dias, como suplente; nomeação da Sra. Fernanda Lou Sans Magano para o assento de titular do Conselho Nacional de Saúde, que encontrava-se vago; e tornou-se vago o assento de titular da Confederação Nacional da Indústria - CNI até a indicação de um novo representante pela entidade. Dando início à parte dos informes, comunicou que estava em processo de revisão, pela Diretoria Colegiada da ANS, a Resolução Normativa - RN nº 237/2010, que dispõe sobre o regimento interno da Câmara de Saúde Suplementar. Noticiou que, em breve, os membros da CAMSS receberiam, por e-mail, a proposta de RN para que todos pudessem avaliar e contribuir com as alterações sugeridas pela Agência. Explicou que os prazos e a instrução para as contribuições seriam detalhados no e-mail e que, em seguida, todo material seria analisado pela Dicol, que decidiria pela nova norma. Passou ao item e pauta - Ações da Agência Nacional de Saúde Suplementar, no ano de 2020, para enfrentamento da pandemia do Coronavírus, que por ele seria apresentado. Disse que faria uma breve apresentação de

todo o trabalho desenvolvido, desde o início de março de 2020, e as várias medidas implementadas pela ANS para o setor, relacionadas ao combate à Covid-19. Informou que, logo nos primeiros dias, a Agência criou, em sua página na internet (www.ans.gov.br), na parte inicial, um campo específico para disponibilizar todas as ações da ANS, que contém todos os links, notas técnicas, exposições de motivos feitas pelas áreas técnicas, registro de reuniões e tomadas de decisão que foram feitas pela Diretoria Colegiada. Passou a discorrer sobre as principais medidas adotadas. Realização de reuniões e encontros virtuais: Reunião virtual sobre o tema - Oncologia e a Covid-19: Orientações para Pacientes e Familiares; Reunião virtual sobre o tema "Atenção Primária à Saúde - APS em tempos de Covid-19"; Encontros virtuais sobre o tema "Gravidez e Coronavírus"; e Duas rodadas de encontros virtuais com pequenas e médias operadoras para discutir os impactos da Covid-19, uma iniciativa inovadora de ir diretamente até o setor e verificar, em todos os cantos do país, como estava sendo o desenvolvimento do combate e a situação de pequenas e médias operadoras. No que tange à cobertura obrigatória, em 2020, foram feitas as seguintes incorporações extraordinárias, tanto de testes quanto de tratamentos: a pesquisa do RT-PCR; a pesquisa dos sorológicos, anticorpos IgG e anticorpos totais; seis exames auxiliares para diagnóstico e tratamento. Além disso, foi feita a alteração da DUT para a utilização do dímero e a cobertura obrigatória para tratamento da doença, segundo a segmentação do plano. Também foram tomadas medidas em relação à prorrogação temporária de prazos máximos de atendimento, com foco no combate à Covid-19, medida muito importante naquele momento de desconhecimento de como seria o impacto da pandemia no setor. Implementada também a orientação para atendimento à distância e viabilização da Telessaúde. Dada a compreensão de que uma das grandes armas do combate à Covid-19 seria a informação adequada, foram realizadas ações como: Orientação às operadoras para que disponibilizassem canais de atendimento específicos para esclarecimentos e informações sobre a doença; Realização de campanhas contra *Fake News* nas redes sociais; Grande disseminação de informações sobre a Covid-19, seu combate e prevenção. Também foram concedidas a prorrogação de prazo de obrigações das operadoras e a flexibilização de normas prudenciais. Foi determinada ainda a suspensão dos reajustes de planos de saúde por 120 dias e, em 17/11/2020, a Diretoria Colegiada apresentou a toda sociedade como seria feita a recomposição dos efeitos financeiros causados por essa determinação de suspensão dos reajustes entre os meses de setembro e dezembro. Em relação à demanda de beneficiários, foi criado um painel informativo online, que continua sendo atualizado diariamente, para que todos pudessem acompanhar as demandas e como estavam sendo desenvolvidas as questões de reclamações e o comportamento do setor frente à pandemia. Mencionando que a ANS é uma agência de monitoramento permanente do setor e que algumas informações são recebidas com três ou até seis meses de tempo pretérito, ponderou que, naquele momento, era muito importante obter informações mais qualificadas e próximas, até mesmo em tempo real e, neste sentido, fez um importante destaque à colaboração, disponibilidade, diálogo e canal aberto de todo o setor, para coleta de informações. Complementou que diante dessa necessidade, a ANS criou o Boletim Covid-19 e, para tanto, foi feito todo um levantamento de informações - requisitando-se às operadoras dados assistenciais e econômico-financeiros - para divulgação mensal a toda à sociedade, demonstrando, com muita transparência, tudo o que foi colhido, seja em relação à reclamação, à realização de testes, ao número de beneficiários, à inadimplência, à utilização dos leitos, à realização de exames diagnósticos, à procura pelo pronto-socorro. Acrescentou que todas essas informações foram relevantes, não só para a Diretoria Colegiada da ANS, em sua tomada de decisão, mas também fundamentais para o conhecimento pela sociedade. Ainda em referência ao Boletim-19, inciativa dos servidores da área técnica da Agência, noticiou que a ANS recebeu o prêmio da Fundação Getúlio Vargas - FGV Rio de melhores práticas em regulação por monitoramento do setor durante a pandemia, enalteceu a todos os servidores envolvidos nesse importante trabalho que muito orgulha a toda a casa. Finalizando sua apresentação, enumerou mais quatro medidas de importância: a realização de simpósio virtual para abordar estratégias de organização do Cuidado em Saúde Mental, em especial; os encontros virtuais denominados cuidados de saúde durante a pandemia; a definição da recomposição dos reajustes suspensos em 2020 parcela em 12 meses; e a realização dos Diálogos da Saúde Suplementar 2020 ANS e SESI, cujo Termo de Cooperação foi renovado e que abordou os cuidados de saúde durante a pandemia, principalmente entre grandes empresas, aquelas que tem uma proximidade com seu funcionário, vez que a pandemia atingiu fortemente o mercado de trabalho. Passou a palavra aos demais diretores para fins de possível complemento de particularidades de suas diretorias. O Sr. **César Brenha Rocha Serra** (Diretor Substituto de Desenvolvimento Setorial da ANS) disse concordar que o uso da ferramenta virtual para aproximação do diálogo foi muito importante, com relevo para o

encontro com as pequenas e médias operadoras, as reuniões virtuais e até os webinars que a ANS promoveu. Mais especificamente sobre a DIDES, frisou que os eventos virtuais não cessaram, dando ênfase para o movimento do Parto Adequado e do OncoRede, bem como, no início da pandemia, a colaboração para a sedimentação do entendimento sobre a telemedicina a fim de criar uma segurança ao mercado e este poder praticá-la durante a pandemia. Informou que o IDSS seria fechado ainda no final de 2020, devido às prorrogações que tiveram que ser concedidas ao longo do ano para o envio do TISS e outros sistemas de informação. Comentando que, no dia 09/12, faria dez meses à frente da DIDES, onde foi muito bem recebido, fez questão de fazer um agradecimento público a todos os servidores e, em especial ao Diretor-Adjunto, Daniel Meirelles Fernandes Pereira, e à Ana Paula Silva Cavalcanti, Gerente de Estímulo à Inovação e Avaliação da Qualidade Setorial. Fez uma referência também à Gerente de Integração e Ressarcimento ao SUS, Fernanda Freire Araújo, que vem conduzindo de forma brilhante o processo de trabalho, parabenizando toda a equipe pelo esforço intenso para colocar as cobranças em dia, trabalho hercúleo, que envolve uma análise enorme de procedimentos, processos, recursos. Frisou que esse esforço tem como objetivo, ao menos, nivelar a cobrança, evitando atrasar para o ano seguinte. Terminou, reiterando o agradecimento aos servidores de um modo geral, os quais foram fundamentais no auxílio à ANS tanto para condução, quanto para tomada de melhores decisões, com segurança. O Sr. **Maurício Nunes da Silva** (Diretor Substituto de Fiscalização da ANS), avaliando que a apresentação do Diretor-Presidente deu uma visão geral bem ampla de todas as ações, realçou a aproximação com o setor, todos os diálogos realizados, inclusive na instância da Câmara de Saúde Suplementar, com a realização de reuniões extraordinárias além das regulares, para debater muitos dos temas, tais como o das incorporações tecnológicas. No âmbito da Diretoria de Fiscalização, reforçou o acompanhamento diário das demandas de beneficiários, trabalho que vem sendo executado desde março. Também agradeceu ao Diretor-Adjunto da DIFIS, Sr. André Unes, e a toda equipe técnica da DIFIS, que muito vem agregando. O Sr. **Bruno Martins Rodrigues** (Diretor Substituto de Gestão da ANS), lembrando que seu início como membro da Diretoria Colegiada se deu ao mesmo tempo do início da pandemia, observou que esse já seria um grande desafio num ambiente de normalidade, sobretudo num momento de tamanha crise. Nesse aspecto, enalteceu o acolhimento das equipes, formadas por pessoas, realmente, capacitadas, que se dispõem a repensar formas de fazer e enxergar oportunidades e que possuem vasta experiência na casa, conhecimento de regulação, da estrutura de gestão da Agência e de todos os aspectos que envolvem suas respectivas atividades. Assim, agradecendo muito à enorme ajuda recebida, registrou que esse apoio foi o que lhe proporcionou mais segurança para cumprir a missão durante esse período. Disse acreditar que dali nasceriam frutos importantíssimos, a exemplo do ANS Digital, pacto de transformação digital feito pela Agência, que já ganhou grande expressão, tema que seria apresentado pela DIGES naquela reunião. Adicionou que aquele era, de fato, um avanço importante, no sentido da melhoria dos serviços e do acesso às informações e aos serviços que a Agência presta à sociedade de maneira geral, mercado, beneficiários, prestadores e todos aqueles que têm algum tipo interesse nesse mercado. O Sr. **Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho** (Diretor de Normas e Habilitação das Operadoras da ANS) tendo em vista que as ações foram bem sintetizadas e considerando que, em sua fala inicial, já tinha feito as colocações necessárias, disse que faria uma complementação logo na sequência da apresentação sobre o item de pauta da DIOPE, capital baseado em risco. O Sr. **Rogério Scarabel Barbosa** (Diretor-Presidente Substituto da ANS), antes do próximo item de pauta, acatou o pedido de fala do Sr. Carlos Alfredo Lobo Jasmin, da Associação Médica Brasileira – AMB. O Sr. **Carlos Alfredo Lobo Jasmin** (Associação Médica Brasileira - AMB), primeiro, parabenizou a Agência, os servidores e diretores, por conta dos vinte anos completados em 2020 e pela gestão e gerência de todos os processos dentro da saúde suplementar. Disse que abordaria novamente um assunto por ele apontado algumas vezes e há algum tempo, o empacotamento da saúde, relacionado a questão da contratualização direta entre operadoras e hospitais. Explicou que, num primeiro momento, quando a contratualização acontecia diretamente nas grandes redes, que têm interesses econômicos e pressionam para que os detalhes dos seus atendimentos acabem sendo contemplados, havia algum tipo de proteção, o que não está acontecendo com os pequenos hospitais fora de rede. Pontuou que alguns hospitais estão empacotando os seus atendimentos com as operadoras e, em geral, com valor muito abaixo da média de custo, tendo como consequência a negativa de atendimento, por exemplo, a pacientes com possibilidades de complicações pós-cirúrgica, cujo atendimento esteja atrelado a um pacote de valor insuficiente para contemplar sua permanência em internação. Tomando como base a cirurgia cardíaca (embora já seja também o caso várias outras especialidades), exemplificou que, em situações como essa, o médico fica sem alternativas para internar

esse paciente, que requer cuidados específicos que não podem ser tratados em qualquer local, ficando o paciente à míngua, sem tratamento e atendimento. Argumentou que o médico pode sofrer consequências também, pois deixará de fazer aquele procedimento, de prestar o serviço e acaba não tendo o retorno financeiro, no entanto, o grande prejudicado, de fato, acaba sendo o paciente. Ressaltou que, desde que se iniciou a ideia de novas formas de pagamento, a AMB não se disse contra, apenas alertou para que esses contratos de empacotamento fossem supervisionados pela Agência, dado ao previsível prejuízo que recairia sobre os pacientes. Diante do exposto, pediu à Agência que tivesse um cuidado especial com esse problema e pensarem de que forma iriam abordar esse fato. Aproveitou o ensejo para comunicar que, devido à eleição da nova diretoria da Associação Médica Brasileira, provavelmente, ele não mais participaria daquela instância em nome da AMB em 2021 e, neste sentido, agradeceu fortemente a todos, sem exceção, pela receptividade ao longo dos três anos em que esteve como membro da CAMSS, independentemente das desavenças nas opiniões opostas, que, quando discutidas, são sempre equacionadas. Por fim, com o desejo de que em 2021 sejam superadas as nuances passadas em 2020, que foram bastante atarefáveis e causaram grandes problemas e preocupações à Agência e a todo o setor, agradeceu a oportunidade de poder, mais uma vez, falar à Câmara de Saúde Suplementar. O Sr. **Rogério Scarabel Barbosa** (Diretor-Presidente Substituto da ANS) agradeceu ao do Sr. Carlos Alfredo Lobo Jasmin pelas colocações e por, sem dúvida nenhuma, ter representado brilhantemente a AMB, sempre contribuindo para um diálogo aberto e franco em prol da melhoria da saúde suplementar. Como forma de organização das falas, propôs aos membros que haviam solicitado a palavra para assuntos gerais que deixassem para se manifestar ao final das apresentações, ao que ninguém se opôs. Seguindo com a pauta, convidou o Sr. Teófilo José Machado Rodrigues, Gerente-Geral de Regulação Assistencial da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos - GGRAS/DIRAD/DIPRO para falar a respeito da Consulta Pública nº 81, sobre a Atualização do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no Ciclo 2019/2020 - período de 08/10 a 21/11/2020 e, de primeira mão, noticiou que a equipe já havia disponibilizado no site, na íntegra, todas as contribuições recebidas nesse período. O Sr. **Teófilo José Machado Rodrigues** (Gerente-Geral de Regulação Assistencial da ANS) registrou que a Consulta Pública nº 81 - Atualização do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no Ciclo 2019/2020, esteve aberta de 08/10 a 21/11/2021, com o objetivo de receber contribuições referentes às recomendações preliminares da ANS para as propostas de atualização do Rol e à minuta da RN. Mostrou um gráfico comparativo com os outros Róis: em 2015 foram recebidas 6.338 contribuições; em 2017, 5.259 e, nessa nova consulta, houve um aumento de 400% em relação ao anterior, chegando a 26.141, recorde de contribuições nas consultas do Rol. Enumerou as contribuições por tipo de formulário: 15.242 para Procedimento; 9.964 para Medicamento; 670 para Resolução Normativa; 222 para Termo Descritivo; 43 para as Atualizações Extraordinárias. Explicando que o contribuinte poderia escolher entre três opções - concordar com a recomendação preliminar, discordar ou concordar/discordar parcialmente, justificando qual a discordância em relação àquela recomendação - demonstrou um quadro com os números das contribuições por concordância/discordância distribuídas entre os tipos de formulário: por Procedimentos, 6 mil contribuições de concordâncias, 8.386 discordâncias e 799 concordâncias/discordâncias; por Medicamentos, 5.438 concordâncias, 3.259 discordâncias e 1.267 concordâncias/discordâncias; Termo descritivo, 85 concordâncias, 133 discordâncias e 4 concordâncias/discordâncias; Atualização extraordinária, 25 concordâncias, 2 discordâncias e 16 concordâncias/discordâncias. Num segundo quadro em separado, mostrou a distribuição para Resolução Normativa mostrou, com 417 pedidos de alguma alteração na RN; 208 pedidos de inclusão na RN e 45 pedidos de exclusão de algum item da proposta. Exibiu mais um gráfico com um histórico das contribuições, que indicava o mesmo ritmo de evolução das várias consultas públicas, poucas contribuições no começo, aumento bem gradativo e a grande maioria apresentada nos últimos dias: na primeira semana, foram recebidas 1.900 contribuições; na quinta semana somaram 11 mil e; na última semana, esse número subiu para 26 mil. Dentre o levantamento das tecnologias que tiveram mais contribuições, pontuou: no caso de procedimentos, o acompanhamento pré-natal por enfermeiro obstetra ou obstetriz foi o que recebeu mais contribuições - 6.367, seguido da gastroplastia, hemodiafiltração online, balão intragástrico e assim sucessivamente; e no caso de medicamentos, o Omalizumabe para urticária crônica foi o que recebeu mais contribuições -1.284, seguido do Nusinersena, Erenumabe para enxaqueca e assim sucessivamente. Agradeceu e reiterou que as contribuições estavam disponíveis na página da ANS (www.ans.gov.br), em Participação Social / Consulta Pública. O Sr. **Rogério Scarabel Barbosa** (Diretor-Presidente Substituto da ANS) perguntou aos membros

se alguém gostaria de tecer algum comentário sobre o tema da Consulta Pública nº 81. O Sr. **Roberto de Oliveira Vellasco** (Federação Brasileira de Hospitais - FBH) repetindo sua fala na reunião técnica específica sobre o Rol de Procedimento e Eventos em Saúde, reconheceu que jamais se pode deixar de atender aos usuários de planos de saúde e que as reivindicações feitas em uma Consulta Pública são justas, todavia, reforçou que o aspecto econômico-financeiro, infelizmente, tem que ser levado em consideração para que não se coloque em risco o equilíbrio de toda a saúde suplementar. Argumentou que, se forem adotados procedimentos ou medicamentos que importem em gastos excessivos, como consequência, sem dúvida nenhuma, ocorrerá um aumento compatível das contribuições a serem feitas pelos usuários, o que vai tornar cada vez mais difícil a manutenção desse equilíbrio econômico-financeiro. Aproveitou que já estava com a palavra para fazer algumas considerações sobre a fala do representante da AMB, mencionando que o que antes era chamado de empacotamento denomina-se procedimento gerenciado e foi assunto tratado durante quatro anos de reuniões (de 2008 a 2012) por uma Comissão Rio-São Paulo, trabalho este que resultou na publicação, pela própria ANS, de um documento assinado na oportunidade (dezembro/2012) por todas as operadoras e prestadores de serviços. Disse que os procedimentos gerenciados têm regras específicas que devem constar em um contrato a ser celebrado entre as partes, regras estas que impõem medidas de que eles sejam abertos e, inclusive, de que, na execução de um procedimento gerenciado, outros procedimentos que se fizerem absolutamente necessários deverão ser incluídos e pagos à parte pelas operadoras. Contrapôs também no sentido de não se tratar apenas de um problema de pequenos hospitais, mas de toda a rede hospitalar e, na sua opinião, uma consequência inevitável das novas formas de remuneração a serem estabelecidas entre operadoras e prestadores de serviços, observando-se apenas o necessário cuidado na confecção dos contratos com o estabelecimento de regras específicas que devem ser obedecidas. Por fim, alertou a todos que tomem conhecimento desse trabalho, considerando que, muitas vezes, são feitas críticas sem fundamentos àquilo que já foi abordado e aprovado. A Sra. **Vera Rosana Nunes Valente** (Federação Nacional de Saúde Suplementar - FenaSaúde), considerando as 26 mil contribuições da Consulta Pública nº 81, apontou que, apesar da necessidade de ser dada a participação social, faz-se imprescindível atentar para essa forma de participação que sujeita a Agência a analisar um número excessivo de contribuições, algo absolutamente inviável, que precisa ser revisto no processo de atualização do Rol, tão competentemente conduzido pela ANS. O Sr. **Rogério Oliveira de Castro Vieira** (Confederação Nacional da Indústria CNI), mencionando que aquele havia sido um ano extremamente interessante do ponto de vista de gestão, parabenizou a ANS que tem demonstrado capacidade ímpar nesse processo. Especificamente sobre o tema de atualização do Rol, informou que, como a CNI não quis se manifestar na Consulta Pública referente a cada uma das tecnologias, foi feito um levantamento geral sobre o processo, no qual foram identificadas oportunidades de melhoria ainda neste ciclo. A exemplo, citou dois pontos preocupantes: conforme apontado pelos pareceristas da ANS, 82% das Unidades de Análise Técnicas - UATs avaliadas apresentaram problemas técnicos e 5 dessas UATs não tiveram Avaliação de Impacto Orçamentário e, mesmo com problemas técnicos para os quais a ANS não apresentou avaliação alternativa, foi recomendada a aprovação; no que se refere à Análise de Economia em Saúde - AES, 86 UATs apresentaram problemas técnicos, segundo os pareceristas da ANS, mas apenas 5 tiveram propostas de AES alternativa. Esclareceu que, mesmo reconhecendo os avanços no processo de incorporação do Rol, julgam que, além dos exemplos citados, há um conjunto de situações extremamente importantes que precisam ser consideradas e, portanto, informou que a CNI encaminharia à ANS, na semana seguinte, um documento com todas as suas contribuições. O Sr. **Marcelo Moncôrvo Britto** (Confederação Nacional de Saúde, Hospitais, Estabelecimentos e Serviços - CNSaúde) julgou importante reposicionar duas condições sobre a questão colocada pelo Sr. Carlos Jasmin, a respeito da chamada seleção adversa dos pacientes quando existe pacote ou procedimento administrado, cuja nomenclatura é o menos importante. Mencionando ser conhecedor do belo trabalho explicitado pelo Sr. Roberto Vellasco, avaliou que o foco do problema não é o trabalho em si, mas a forma como ele é implementado por parte das operadoras de planos de saúde, ou seja, seria perfeito se aplicado da forma como prevista, no entanto, todas as vezes que se sai do desvio padrão, retorna-se ao modelo ruim do *fee for service*. Acrescentou que, no momento em que a operadora avança nessa linha e começa a impor determinadas condições que fogem ao trabalho descrito, a seleção adversa ocorre, porque os pequenos hospitais, quase que hipossuficientes em relação às grandes operadoras, têm pouca capacidade de negociação e, percebendo que não conseguirão dar conta daquele preço negociado ou imposto para tratar aquele caso, simplesmente descartam, alegando, por exemplo, incapacidade ou dificuldade de vaga e terminam não

fazendo o procedimento. Com relação ao que estava sendo discutido sobre o Rol, disse não ter nada a acrescentar e agradeceu a oportunidade de se manifestar. O Sr. **Gustavo San Martin Elexpe Cardoso** (Amigos Múltiplos pela Esclerose - AME), primeiro, cumprimentou pela sublime prestação de contas, em especial à Consulta Pública que se encerrou recentemente. Diante da incumbência de representar a sociedade civil perante a ANS, órgão tão democrático e comentando que a AME também tem assento no Conselho Nacional de Saúde, disse ser defensor da democracia, do Sistema Único de Saúde, dos sistemas privados, na representação do paciente. Nessa perspectiva e considerando que há menos de um ano não havia sequer conhecimento do que era o Sars-CoV-2 e naquele momento já se falava em vacinação, propôs a reflexão de que a sociedade civil mobilizada e a participação da sociedade na promoção de políticas públicas em acesso à saúde, principalmente, demonstra que é possível encurtar alguns caminhos. Dessa forma, mostrando grande satisfação com o aumento de 400% da participação social na Consulta Pública do Rol, disse ter lhe causado muito espanto a fala da colega - que ele equivocadamente mencionou como sendo da ANS - que resumiu as 26 mil contribuições como algo inviável. Defendeu que, em um processo de promoção à saúde, especialmente baseada em valor, não se pode fechar os olhos para a evolução tecnológica e, considerando que o que vem adiante, de fato, é um arsenal terapêutico de alto custo, ou se aprende a ouvir a sociedade e criar critérios para fazer de forma qualificada, ou se retrocede vinte anos quando ainda não existia esse órgão tão competente. Pontuou que poderia até concordar que, do ponto de vista estrutural, talvez, seja inviável à ANS avaliar a qualidade das contribuições em consultas públicas, porém a Agência pode se beneficiar de um olhar mais qualificado com vistas a aprimorar o processo de participação social, afinal há sempre o que se melhorar numa democracia tão jovem. Levantando a ideia do sistema público, por meio da Conitec, que tem a previsão de realizar uma audiência pública, a ser convocada pelo Secretário de Ciência e Tecnologia, colocou como uma sugestão daquilo que se poderia pensar em termos das 26 mil contribuições. Concluiu reiterando que 2020, sem dúvida, ensinou a todos a importância da contribuição da sociedade nas promoções de políticas públicas, caso contrário, não teria como se pensar em acesso e qualidade de vida. O Sr. **Rogério Scarabel Barbosa** (Diretor-Presidente Substituto da ANS) esclareceu ao Sr. Gustavo San Martin que a fala a que se referia, sobre a crítica ao número de contribuições, havia sido da representante da Fenasaúde e não da ANS. Aproveitou para complementar que a ANS, de maneira alguma, se manifestou a esse respeito, muito pelo contrário, o objetivo da Agência é ampliar o máximo possível a participação social e que, não por outro motivo, a própria submissão pode ser feita pela sociedade. Registrou que a Agência considera fundamental que a sociedade participe, se interesse, tenha conhecimento, saiba quanto custa, o que e o porquê está ou não sendo incorporado, o que isso impacta na sua vida enquanto paciente, enquanto cidadão, enquanto contribuinte, enquanto pagador efetivo do seu plano de saúde. Complementou que uma das questões importantes da incorporação da tecnologia é o seu impacto, seja na porta de entrada, seja na questão do reajuste e, sob esse ângulo, a ANS mostraria, na apresentação final, qual a estimativa em relação ao impacto da incorporação. O Sr. **Gustavo San Martin Elexpe Cardoso** (Amigos Múltiplos pela Esclerose - AME), disse ter se expressado mal quando citou a fala da representante da FenaSaúde e desculpou-se. Disse ao Sr. Rogério Scarabel que em uma *live* recente em que ambos participaram, pode notar que ele representa muito bem essa valorização da participação da sociedade. **O Sr. Denilson de Souza Freitas (MPCon)** – parabenizou e reforçou as palavras do Sr. Gustavo San Martin, muito bem colocadas, tendo em vista que a iniciativa popular é sempre bem-vinda, e se mostrou satisfeito com o posicionamento da ANS no que tange à participação da sociedade. Avaliou que o número de 26 mil contribuições pareceu, inclusive, pequeno frente ao número de usuários de planos de assistência suplementar à saúde, muito embora compreendesse a preocupação da Sra. Vera Valente. Nessa perspectiva, disse almejar que seja encontrado um equilíbrio entre as duas falas, por meio de mecanismos tecnológicos que proporcionem ou otimizem o trabalho da Agência. O Sr. **Rogério Scarabel Barbosa** (Diretor-Presidente Substituto da ANS), tendo se encerrado as manifestações sobre o tema, seguiu adiante com a pauta, cedendo a Palavra ao Diretor da DIGES, para a apresentação sobre o próximo item de pauta - ANS Digital. O Sr. **Bruno Martins Rodrigues** (Diretor Substituto de Gestão da ANS) explicou tratar-se da apresentação para o público externo do Projeto ANS Digital, um plano de ações pactuadas com a Secretaria de Governo Digital, no qual se pretende digitalizar os serviços, o que não significa digitalizar a burocracia, conforme sempre bem colocado pelo Diretor César Serra, mas sim trazer soluções de inovação através do uso da tecnologia para melhor apresentar e disponibilizar os serviços e informações prestados pela ANS à sociedade. Convidou o Sr. Eduardo Calasans Rodrigues, Diretor-Adjunto da DIGES, para dar início à apresentação e, na sequência, a Sra. Andrea Carlesso Lozer, Gerente

de Qualificação Institucional da Diretoria de Gestão da ANS – GEQIN/DIGES/ANS, abordaria mais detalhes do projeto. O Sr. **Eduardo Calasans Rodrigues** (Diretor-Adjunto da DIGES) disse que traçaria um panorama sobre o Plano de Transformação Digital da ANS, que faz parte de um programa maior chamado ANS Digital, constante da Agenda Regulatória da ANS, no eixo Fortalecimento da Governança Institucional, o qual não fica restrito a uma só diretoria, mas envolve diversas áreas da ANS, e tem o escopo de convergir os trabalhos dentro de uma mesma linguagem com o objetivo de simplificação de serviços e eficiência. Acrescentou que, dada a essa grande interface, além dos encontros feitos internamente na ANS, era pertinente a apresentação ao público externo através da CAMSS. Comentando que aquele projeto foi amplamente impulsionado durante a pandemia, quando os servidores da Agência já se encontravam trabalhando remotamente, salientou as considerações iniciais do Diretor Bruno Rodrigues naquela reunião, no que se refere ao aproveitamento de oportunidades, tentando extrair lições e aspectos positivos daquele momento tão difícil para a sociedade com vistas a um salto de qualidade. Ressaltou que o Plano de Transformação Digital é um projeto vivo, com fases em pleno desenvolvimento e outras já pensadas para o futuro. Explanou que a ANS utiliza o conceito de transformação digital da Secretaria do Governo Digital, instância com a qual o projeto foi pactuado, tendo por maior característica o enfoque na prestação de serviços para o cidadão, todavia, a visão da Agência do termo de cidadão é um pouco mais elástica, considerando não apenas o cidadão beneficiário de plano de saúde, mas a sociedade como um todo, todos aqueles que interagem com a ANS. Nesse sentido, usando uma analogia de ondas, explicou que houve um primeiro momento de estruturação interna, em que foi preciso aperfeiçoar o parque tecnológico da Agência e, no momento, a realidade é híbrida com perspectiva de atingir uma realidade 100% digital. Adicionou que essa avaliação em ondas mostra o quanto a tecnologia interna da ANS passou por uma transformação rápida e se tornou mais robusta, inclusive, permitindo manter as atividades plenas dos servidores durante a pandemia, feito que muitas empresas privadas tiveram dificuldade em implementar. Como exemplo de entregas muito importantes, citou o sistema de protocolo eletrônico, que também é uma forma de facilitação do acesso e da comunicação da Agência para o público externo. Informou que, nesta nova onda, o foco atual é a capacitação de servidores, direcionando ainda mais o olhar para prestação de serviços eficientes à sociedade, sendo justamente essa a tônica do Plano de Transformação Digital, um trabalho interno de desenvolver a capacidade institucional e pactuar metas e novos serviços para a digitalização de estratégia de Governo Digital. A Sra. **Andrea Carlesso Lozer** (Gerente da Qualificação Institucional da ANS) dando continuidade à apresentação, disse que, como bem apresentado pelo Diretor-Adjunto da DIGES, essas ondas refletem o desenvolvimento do Plano de Transformação Digital da ANS, iniciado em 2016, com a implantação do processo eletrônico. Reforçou que o ANS Digital faz parte da Agenda Regulatória e, especialmente agora na gestão do Diretor Bruno Rodrigues, houve um avanço na chamada super onda de desenvolvimento da capacidade interna para suportar a transformação digital e a pactuação com a Secretaria de Governo Digital e com a Secretaria de Modernização da Presidência da República, que mostra como a ANS está aderente à estratégia de transformação digital prevista no Decreto nº 10.332, editado em abril de 2020, para todos os órgãos públicos. Explicou que o objetivo geral do Plano de Transformação Digital da ANS é desenvolver serviços digitais para transformar a ANS em uma Agência mais simples e inteligente com a finalidade de que os serviços prestados gerem valor não apenas ao beneficiário, mas a todos os atores da saúde suplementar, a toda a sociedade. Quanto aos objetivos específicos, listou: ampliar e melhor a oferta de serviços; aumentar a satisfação do usuário, os serviços da ANS estarão disponíveis no portal gov.br e serão avaliados por quem utilizar; simplificar e desburocratizar os serviços prestados pela Agência, obviamente, sem descuidar das necessidades da regulação; reduzir os trâmites em relação ao tempo de espera, ou seja, encurtar os processos; promover a integração e o uso da ciência de dados, muito importante não apenas para a disseminação das informações, mas também para agilizar a prestação dos serviços; e, por fim, implementar soluções tecnológicas, que otimizem o processo de trabalho, transformando atividades repetitivas em atividades mais automatizadas. Reforçou que promover serviços de forma mais simples e inteligente, de forma alguma, quer dizer digitalizar a burocracia, convertendo processos realizados presencialmente em processos em meio digital, mas sim realizar uma transformação digital fazendo uso de tecnologia, porém, alinhada a uma discussão de negócio, à melhoria e simplificação dos processos de trabalho, o que significa repensar normas, papeis, objetivos, enfim, conceituou que o coração da transformação digital é o repensar de processos, sempre trazendo para o centro o usuário desse serviço. Explanou que, conforme prevê o Decreto, as ações de transformação digital, foram organizadas em três eixos: primeiro eixo,

transformação digital dos serviços, tornando aqueles parcialmente digitais ou manuais em serviços digitais; segundo eixo, unificação dos canais digitais, um projeto que vem sendo desenvolvido há anos, que culminou na criação da plataforma Portal Gov.br, que reunirá todos os órgãos federais; e terceiro eixo, interoperabilidade de sistemas, que significa interligar as bases de dados federais para facilitar o acesso e consulta de informações que o Governo já possui, tendo a grande função de diminuir os campos de formulário, de promover iniciativas voltadas para a ciência de dados e a abertura de dados, pois, quanto mais acesso às bases, mais cruzamento de informação e mais rica promete ser a regulação. De acordo com estes eixos, discorreu sobre o cronograma da ANS. No curso de montagem do Plano de Transformação Digital da ANS, foram identificados dezesseis serviços publicados no portal, oito deles parcialmente digitais, sendo que a atividade de digitalização desses oito serviços está sendo desenvolvida pela área de TI da ANS, com suporte da Secretaria de Governo Digital, e pactuada para entrega até março de 2021. Pretende-se ainda avançar na questão da automação, que é um passo além, de trabalhar o serviço de ponta a ponta, promovendo tanto uma transformação externa quanto interna. Quanto a unificação de canais: a migração do Portal ANS está em curso com previsão de finalização para o primeiro trimestre de 2021; a Agência acaba de concluir um grande passo, em 30/11/2020, que foi a atualização dos seus serviços no Portal Gov.br, fazendo o esforço de identificar e colocar todos os seus serviços de maneira bem acessível e compreensível para todos e, depois de atualizados, esses serviços continuarão em processo de aprimoramento; será implementada uma API que promove a avaliação do serviço, onde todo aquele que receber um serviço da ANS terá a oportunidade de fazer uma avaliação e, com isso, retroalimentar a melhoria que a Agência espera para seus processos; a migração do aplicativo da ANS para a loja única do Governo também está sendo finalizada com previsão de entrega até dezembro de 2020; e a previsão do *login* único para o primeiro trimestre de 2021, outro projeto do Governo que permitirá ao cidadão acessar diversos serviços com apenas um *login*. No que tange à interoperabilidade de sistemas, listou: a ANS tem sete serviços que já serão integrados à nova base b-CPF, projeto que está bem avançado com entrega prevista para o início de 2021; prevista ainda a disponibilização de mais dados em formato aberto, cuja ideia é trabalhar também com APIs, para que as pessoas possam desenvolver aplicativos a partir dos dados da Agência; e a modelagem de uma arquitetura de ciência de dados para trabalhar os dados do TISS, atividade muito importante. Para concluir, mostrando um slide que resumia um pouco da jornada, registrou que, desde o início da gestão do Diretor Bruno Rodrigues, na primeira reunião sobre esse projeto, a segunda super onda foi desenhada pela DIGES e, em 10 de setembro, o Plano de Transformação Digital da ANS foi aprovado, com a presença de todos os diretores da ANS, a presença da Secretaria de Governo Digital e da Presidência da República. Expôs que, a partir disso, todos os planos passaram a ser detalhados em projetos, há dezessete projetos em andamentos, todos acompanhados pelo escritório de projetos da ANS. Informou que, no início de novembro, foi realizado um seminário de capacitação interna para capilarizar a proposta de transformação digital dentro da instituição e que, para o próximo semestre, almeja-se realizar um seminário externo com a finalidade de trazer o setor para essa discussão. Noticiou que foi lançado o Selo de Maturidade Digital, que pretende classificar os serviços da Agência para dar visibilidade ao grau de maturidade, à avaliação de qualidade. Por fim, disse que a apresentação teve a finalidade de dar uma ideia de que a Agência está preparando bem sua base e o Projeto de Transformação Digital da ANS está em curso. O Sr. **Bruno Martins Rodrigues** (Diretor Substituto de Gestão da ANS), agradecendo pela apresentação de ambos, fez questão de corrigir a referência anteriormente citada por ele, a respeito da expressão “não digitalizar a burocracia”, que, na verdade, é da própria Sra. Andréa Lozer, a quem os devidos créditos devem ser conferidos pela colocação que representa bem o cuidado que a Agência tem como o Projeto ANS Digital. O Sr. **Rogério Scarabel Barbosa** (Diretor-Presidente Substituto da ANS) também agradeceu a apresentação daquele trabalho tão importante para o desenvolvimento digital, bem como o desenvolvimento da ANS e da sua forma de se aproximar da sociedade. Considerando que não houve inscritos para considerações sobre o tema, passou ao próximo item da pauta - Redução do Estoque Regulatório – convidando o Secretário-Geral da ANS, Sr. Wladmir Ventura de Souza, para fazer a explanação. O Sr. **Wladmir Ventura de Souza** (Secretário-Geral da ANS), demonstrando satisfação em poder apresentar o trabalho que está sendo realizado em relação ao estoque regula relatório, registrou que a Secretaria-Geral da ANS atua tanto no acompanhamento de todo processo deliberatório quanto no planejamento, no qual se consegue enxergar de forma mais real e atenta o processo de regulação. Observou que as ações da Agência, a exemplo do status de Consulta Pública e os desafios na digitalização de seus processos de trabalho, apresentados ao longo da reunião, sucedem na edição de atos

normativos, no DNA de regulação. Destacou que o propósito da gestão do estoque é a melhoria do ambiente regulatório da Agência, propósito que se alinha a sua missão, e que o compromisso institucional vem da própria Agenda Regulatória da ANS, em vigor de 2019 a 2021, a qual prevê o planejamento como instrumento norteador das atuações regulatórias em quatro eixos, sendo que um trata especificamente do aperfeiçoamento do ambiente regulatório. Sinalizou que, num mundo mais tecnológico e de maior participação, os desafios são enormes e envolvem exatamente, da parte da ANS: conhecer e aprofundar a realidade do seu estoque regulatório e suas interfaces, entre os atos e o setor; ampliar a participação social e dar as devidas justificativas a esse processo de relação com a sociedade nas consultas públicas e câmaras técnicas, dando a devida transparência; e, como terceiro desafio, fazer tudo isso com os servidores e conhecimento já adquirido e em um determinado espaço de tempo. Como oportunidades, apontou que o aprimoramento do relacionamento entre normas significa desburocratizar, simplificar, gerar mais valor, mais eficiência, modernizando a atuação com vistas a facilitar a compreensão de suas regras para toda a sociedade. Em relação a resultados, disse que a ANS almeja um ambiente regulatório mais saudável, mais previsível, com mais segurança jurídica e que atenda à sociedade. Reforçou o Tema 13 do eixo Aperfeiçoamento do Ambiente Regulatório da Agenda Regulatória 2019-2021, no qual o papel da Agência é promover a previsibilidade regulatória e a qualificação do processo de elaboração do ato regulatório, alinhado às melhores práticas internacionais, visando o crescimento econômico e a segurança jurídica. Detalhando mais o trabalho que vem sendo executado, registrou que foi realizada uma gama de levantamentos sobre o arcabouço normativo, momento em que todas as normas existentes foram observadas, independente do seu conteúdo normativo e, a partir dali, adotou-se a estratégia de rever o universo normativo, retirando dele as normas passíveis de revogação. Informou que, num primeiro momento, início de 2020, foram revogamos 147 atos normativos, por meio da RN nº 449 e da IN PRESI nº 1, efetuando-se a primeira revogação de diversos atos que considerados obsoletos. Salientou também o trabalho em cumprimento ao Decreto nº 10.139/2019 que, de forma diferenciada a da análise do arcabouço regulatório, prevê a revisão e a consolidação de atos normativos, para a qual precisa ser feita uma simplificação e realinhamento das normas e, assim, somando-se os esforços entre o decreto e a estratégia da ANS de dar cumprimento à Agenda Regulatória, em novembro de 2020, por meio da RN nº 462, foi realizada uma segunda revogação que atingiu 160 atos normativos. Complementando que o decreto trouxe etapas pré-definidas, explicou que: na primeira etapa, conforme apresentado, foi feito esse exame do arcabouço regulatório e a revogação de atos; em um segundo momento, também serão feitas outras revogações, mas o foco será a indicação, prevista para fevereiro/2021, de quais atos não serão passíveis de consolidação, seja porque já estão sendo tratados no termo de uma análise de impacto regulatório, seja por estarem em discussão da sociedade, em consulta pública, etc.; na terceira etapa, prevista para ocorrer de maio a novembro/2021, será trabalhada a consolidação de atos e mais revogações. Sobre a consolidação, uma das diretrizes do decreto, frisou que, sem interferência no mérito, ela se resume na reunião de atos normativos e, neste sentido, exemplificou que há normas originais que possuem várias outras acessórias, então, será feita a reunião desses atos em um único ato, com a finalidade de simplificar o arcabouço regulatório e o número de normas e facilitar a vida da sociedade e das empresas. Registrou que o esperado é que, até o final de novembro, a ANS tenha revisto todo o seu estoque regulatório de atos normativos. Deu destaque a uma iniciativa muito interessante e que vai ao encontro das diretrizes sempre colocadas pelos diretores da ANS, de conferir a máxima transparência das atuações, que foi a criação de um *Power BI*, ferramenta disponibilizada no site da Agência, que permite à sociedade consultar todos os atos vigentes ou revogados e acompanhar a evolução desse trabalho de consolidação e revisão normativa. Completou que, somado a todo esse trabalho e sempre observando a legislação do país, a ANS já vinha realizando a Análise de Impacto Regulatório - AIR, antes mesmo da obrigatoriedade advinda da Lei nº 13.874, batizada de Lei de Liberdade Econômica, e a Lei nº 13.848, das Agências Reguladoras, ambas editadas em 2019, e ainda o Decreto nº 10.441, publicado em junho de 2020 e que entra em vigor em 15 abril de 2021, que regulamenta a AIR. Listou as previsões legais inseridas como alerta sobre o que deve e o que não deve ser feito: a Análise de Impacto Regulatório não deve ser entendida como um simples questionário ou uma lista de itens a serem preenchidos para atender requisitos pré-estabelecidos pela Agência e também não deve ser realizada para ratificar uma proposta de minuta previamente elaborada; e a AIR deve ser iniciada sempre que for identificado um problema regulatório com a finalidade de orientar e subsidiar, com base em evidências, a tomada de decisão, e, ainda, deve servir como propósito de buscar o melhor entendimento acerca das causas e consequências do problema e a melhor forma de tratá-lo. Ao final da

apresentação, utilizando o recurso de compartilhamento de tela, fez uma importante demonstração sobre o funcionamento do painel *Power BI*, acessado via página a ANS na internet (www.ans.gov.br), em Legislação / Atos Normativos da ANS. O Sr. **Rogério Scarabel Barbosa** (Diretor-Presidente Substituto da ANS), agradecendo e parabenizando ao Secretário-Geral da ANS e toda a equipe da SEGER pelo excelente trabalho, estendeu os cumprimentos a todas as diretorias pela tarefa colaborativa, que envolveu toda a Agência, assessorias jurídicas, área de TI etc. Consignou que a Redução do Estoque Regulatório era uma ação também muito cara para a Diretoria Colegiada da ANS, a qual, em 2018, já havia inserido esse tema na Agenda Regulatória, antes mesmo da publicação do Decreto 10.139, em 2019, que veio corroborar com a visão e a intenção da Agência de analisar, simplificar, tornar mais ágil, reanalisar a questão do fardo regulatório promovendo algo mais acessível para consulta da sociedade e de todo o corpo jurídico, que sempre acessa a página da Agência. Abriu a palavra para as manifestações dos membros da CAMSS. A Sra. **Vera Rosana Nunes Valente** (Federação Nacional de Saúde Suplementar - FenaSaúde), como teria que se ausentar da reunião, solicitou a palavra para fazer uma manifestação geral. Tendo em vista que aquela era a última reunião de 2020, ano extremamente desafiador para todos, em especial ao setor de saúde, parabenizou a Diretoria Colegiada e o corpo de servidores da ANS pelo prêmio FGV e, sobretudo, pelo excelente trabalho executado durante a pandemia, pela agilidade em ouvir o setor, em considerar as questões colocadas por todas as partes interessadas nesse processo, ressaltando a importância sobre a transparência na divulgação dos critérios de recomposição do reajuste. Reforçou as palavras do Diretor Paulo Rebello, de que ainda há desafios a cumprir em 2020, inclusive o do Projeto de Lei 6.330, que a ANS está conduzindo de forma brilhante com a participação de todos os interessados. Colocou, mais uma vez, a FenaSaúde à disposição, afirmando que todas as proposições têm, realmente, o intuito de colaborar para que a ANS possa exercer a sua função da melhor forma possível. Aproveitou para desejar um feliz ano novo e muita saúde a todos, com a esperança de que se consiga vencer essa etapa difícil pela qual a humanidade está passando. Agradeceu nominalmente aos diretores da ANS pelo diálogo franco, aberto, transparente e democrático. O Sr. **Rogério Scarabel Barbosa** (Diretor-Presidente Substituto da ANS) agradeceu a Sra. Vera Valente pela participação à frente da FenaSaúde, sempre apresentando questões importantes e colaborando para o crescimento do setor, assim como toda a contribuição que vem dos membros da CAMSS. O Sr. **Rogerio Araujo Medeiros** (Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas – CMB) fez questão de elogiar o trabalho que vem sendo desenvolvido pala SEGER/ANS, avaliando que o painel, realmente, é um grande facilitador nesse processo, que mostra, inclusive, o quanto se produz daquilo que poderia ser reduzido. Neste sentido, mencionou a extensão do livro consolidado de regulamentações do setor de saúde suplementar, lançado anualmente pela Unimed. O Sr. **Rogério Scarabel Barbosa** (Diretor-Presidente Substituto da ANS) comentou que, quando este item era abordado nas reuniões de Diretoria Colegiada, o Diretor Paulo Rebello sempre chamava a atenção para o extenso livro consolidado. Não havendo mais pedidos de inscrição sobre o tema, avançou com a pauta para o item - Capital Baseado em Risco de Crédito, da diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras. O Sr. **Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho** (Diretor de Normas e Habilitação das Operadoras da ANS) indicou que o Capital Regulatório Baseado em Riscos foi uma norma aprovada em março/2021, a RN nº 451/2020, cuja implantação será a partir de 2023, mas, obviamente, poderá ser aderida a partir de agora. Informou que serão contemplados cinco principais riscos: o risco de subscrição, já aprovado (RN nº 451/2020); o risco de crédito, sobre o qual seria realizada aquela apresentação; e os riscos de mercado, legal e operacional, que já constam do cronograma. Frisou que a norma propõe uma transição de um regime de solvência para um capital baseado em risco de forma segura e gradual - segura porque todos os passos serão levados à discussão de todo o setor, inclusive com a participação social, e gradual porque acena aonde que chegar, na verdade, prevê a obrigatoriedade da mudança conforme apresentada na norma, apenas a partir de 2023. Adicionou que, cumprindo o estabelecido na RN nº 451, até o dia 31/12/2020, será aprovado o risco de crédito e, seguindo no cronograma, até junho de 2021, aprovação dos riscos operacional e legal, e até 31 de dezembro de 2022, o risco de mercado. Para fazer a apresentação sobre o tema, convidou o Sr. Thiago Barata Duarte, Assessor da Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras). O Sr. **Thiago Barata Duarte** (Assessor da Diope/ANS) agradecendo o espaço para falar sobre o novo avanço da ANS acerca da norma de capital baseado em risco, ressaltou tratar-se de um trabalho muito longo, porém bastante satisfatório dentro dos objetivos traçados no momento, que contou sempre com o apoio dos demais diretores, demais assessores, e feito a muitas mãos dentro da Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras, que trabalharam firmemente nesse projeto, com destaque para a GGAME, GGARE, GEAOP,

GEHAE, CEME, dentre outras áreas e profissionais, como as técnica Tatiana de Campos Anarovich e Tainá Leandro, que não puderam estar presentes. Registrou que a questão da autorização da atualização do capital baseado em risco, incluindo o capital de crédito, já era prevista dentro do cronograma e seguirá avançando pelos próximos dois anos. Na sequência, fez uma contextualização dos tipos de riscos. No que se refere ao risco de subscrição, normatizado pela RN nº 451 em março de 2020, explicou que este foi o primeiro passo, iniciado em 2015, quando sinalizou-se ao mercado, na reunião de solvência, que a ANS seguiria na rota de outros reguladores no Brasil dos mercados securitários e de bancos - a exemplo da SUSEP e Banco Central – assim como outros mercados internacionais, o europeu, o americano. Sobre o risco de crédito, informou que sua normatização se deu recentemente com a edição da RN nº 461, que alterou a RN nº 451, no entanto, na prática, sua vigência começará a partir de março de 2021, devido aos necessários ajustes para adequação do setor quando da publicação de uma norma. No que tange aos riscos operacionais e legais, pontuou que estes já estão em etapa de estudo avançado e muito em breve será apresentada uma proposta inicial aos representantes dos mercados membros da reunião de solvência e, a partir disso, seguir o rito de Consulta Pública e caminhar para que se consiga finalizar dentro do prazo, junho/2021. Por fim, acerca do risco de mercado, informou que esse projeto de longo prazo tem perspectiva de ser concluído, até dezembro de 2022. Em seguida, passou a discorrer especificamente sobre o risco de crédito, escolhido como o segundo risco a ser modelado, pela tendência em ser o segundo maior risco, constituindo o risco de *default* ("calote") das contrapartes, que a operadora pode vir a sofrer e, por consequência, pode haver uma oscilação do valor esperado para as perdas que poderiam ocorrer ao longo de um ano. Informou que foi utilizado um arcabouço teórico com fundamentos comuns para risco de crédito, utilizando-se recursos já amplamente defendidos pela literatura, diferentemente do Banco Central e SUSEP, que foram influenciados pelos modelos de Basileia e Solvência II. Sobre o modelo utilizado para o risco de crédito, colocou quatro pontos almejados e atingidos. A não utilização de arbitragem, que foi uma preocupação desde a instância zero de construção do modelo e muito defendida ao longo do projeto, tendo em vista que, no risco de crédito, a situação envolve o risco com uma contraparte e, sendo contrapartes iguais, seria difícil sustentar riscos mensurados de formas diferentes. A aderência às melhores práticas, inclusive com a adesão em projetos que já estão em curso há quase dez anos no Brasil. A busca pela otimização de recursos, tanto da ANS quanto das operadoras, a partir do momento em que a Agência já utiliza um trabalho de razoável sucesso e de conhecimento de boa parte da população que estuda o tema. E, como consequência, a diminuição de custo regulatório no geral, onde era possível. Ainda sobre o modelo, que se divide em dois módulos, informou: módulo 1 – basicamente, é o risco de crédito associado ao compartilhamento de risco com outras operadoras ou (res)seguradoras do setor; e o módulo 2 - são os riscos de crédito associados aos demais recebíveis, investimentos, ativos em geral, CDBs, RDBs, debêntures, fundos de investimento, etc. Destacou um aspecto importante, realizado sempre na edição de uma norma, em especial quando altera tanto assim no setor, na parte econômico-financeira, que é o estudo de impacto e explicou que, neste projeto, para avaliar qual seria a situação das operadoras e do mercado em geral, após a implementação dessa nova regra, foram montados dois cenários, o antes dessa alteração, considerando a margem de solvência de 100% constituída para poder fazer uma comparação justa, e o outro com os capitais já introduzidos, capital de subscrição e risco de crédito. Esclareceu que, nada obstante a apresentação dos números, é imprescindível ter sempre todo um cuidado de contextualizar esse impacto, haja vista que esse projeto faz parte de um projeto maior de rever o arcabouço de acompanhamento econômico-financeiro, com outros riscos a serem regulados, estudados, bem como ajustes a serem feitos, a exemplo do estudo em curso sobre o TAC e algumas alterações de normas contábeis. Dito isso, informou que, com dados do DIOPS do segundo trimestre de 2020 e algumas premissas facilitadoras de cálculo, o capital de subscrição estimado teve um total de 15,3 bilhões e o risco de crédito estimado de 4,7 bilhões e, observou-se, como já esperado, que o risco de crédito representou uma parcela cerca de 30% menor que o risco de subscrição, sendo que o capital agregado dos dois na ordem de 18,3 bilhões. Complementou que esse valor representa aproximadamente 37% quando comparado à margem de solvência, ou seja, existe uma sinalização de redução das exigências provisórias, dentro do contexto já explicado, que se espelha para todas as demais operadoras, exceto às administradoras de benefício, que não possuíam valores de margem de solvência e, por esse motivo, contavam apenas com a exigência do capital base. Acrescentou que, agora, com a mensuração dos riscos de forma diferenciada, essa modalidade continuará sem o risco de subscrição, mas possuem os demais riscos. Concluiu esse item, dizendo que, obviamente, dependendo do tipo das operadoras, ainda mais se considerando caso a caso, esses

percentuais serão alterados, no entanto, no geral, a análise apresentada representa bem o mercado. Como conclusão, afirmou que foi utilizada uma abordagem mais avançada e mais semelhante a já usada em outros mercados, tanto no Brasil, quanto no mundo, ressaltou que foram feitas adaptações para facear e enfrentar as especificidades do setor de saúde suplementar, fator fundamental na busca incessante de não onerar excessivamente as operadoras e de manter um diálogo com o mercado com vistas às melhores soluções e, como resultado, com certeza, esse trabalho trouxe uma contribuição para o setor, de forma mais profissional e mais precisa dos seus riscos. O Sr. **Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho** (Diretor de Normas e Habilitação das Operadoras da ANS), agradeceu ao Sr. Thiago Barata e toda a equipe envolvida, bem como aos Diretores César Serra e Bruno Rodrigues, que antes de assumirem a direção da Agência, muito contribuíram com esse processo. O Sr. **Rogério Scarabel Barbosa** (Diretor-Presidente Substituto da ANS) agradecendo a apresentação, facultou a palavra a quem quisesse fazer algum questionamento ou observação a respeito do tema. O Sr. **Luiz Edgar Leão Tolini** (Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS), apresentando-se como representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, registrou que era a primeira vez que participava da plenária da CAMSS e, se colocando à disposição daquela instância, desculpou-se, pois, infelizmente, teria que se ausentar. Registrou a intensão de se integrar mais, ter a oportunidade de falar e se fazer presente em todas as ocasiões, bem como manifestou o desejo de que, num futuro breve, haja condições de estarem juntos presencialmente, unidos e comprometidos. Cumprimentou o Diretor Paulo Rebello, com quem trabalhou no Ministério da Saúde, nos anos de 2016 e 2017 e pediu licença para se retirar da reunião. O Sr. **Rogério Scarabel Barbosa** (Diretor-Presidente Substituto da ANS) deu as boas-vindas ao representante do CONASS e, como nenhum membro solicitou fala acerca do tema recém apresentado, abriu a palavra aos que se inscreveram para se manifestar sobe assuntos gerais. O Sr. **Hilton Araújo de Melo** (Ministério Público Federal), aos que não o conhecia, apresentou-se como Procurador da República, Coordenador do Grupo de Trabalho do MPF relacionado aos planos de saúde. Primeiro, parabenizou a Agência e agradeceu nominalmente os diretores da ANS, principalmente o Diretor César Serra, recentemente chegado à DIDES, que tem uma pauta muito especial, que vem sendo acompanhada há algum tempo pelo MPF, sobre a qual faria referência mais adiante. Como mensagem, transmitiu o desejo de que 2021 seja um ano melhor, não menos desafiante, considerando que novos desafios turbinam o incentivo de apresentar melhores resultados à sociedade. Avaliou que 2020, catalisado por esse mal absurdo da Covid-19, mudou tudo radicalmente e de forma muito rápida, e deixará efeitos como legado, negativo e positivo, inegáveis. Ressaltou que houve momentos de absoluta desopção, muitas das discussões clássicas, quando se falava em administração pública, em saúde suplementar, foram revistas, novos serviços foram discutidos, como *Home Care*, Telemedicina, o local de prestação presencial dos serviços médicos e do hospital para seu paciente, seu usuário etc. Apontando que, aliado a esses desafios de novas regulações, persistem os desafios clássicos, antigos, comentou que não pôde estar presente na 103ª Reunião da Câmara de Saúde Suplementar, mas teve a oportunidade de verificar na ata que alguns membros da CAMSS reviveram o tema da Consulta Pública nº 76, que se encerrou no início desse ano e tomou na DIDES algo como dois anos de discussão, dentro da Câmara Técnica de Contratualização e Relacionamento com Prestadores - CATEC e, sem dúvida nenhuma, figura um dos pontos prioritários que o MPF tem, saudavelmente, provocado a Agência no sentido de evolução no tema. Mencionou ter tomado ciência também da fala do Diretor da DIDES, que, de forma muito própria e correta, colocou aos presentes que estava recém-empossado e se inteirando para retomar a Agenda e, nesta linha, insistiu na relevância desse tema de precificação do modelo de contratualização que ocorre entre os prestadores e as operadoras. Argumentou que os estudos da CATEC, da Consulta Pública, das contribuições de órgãos como a Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon, o Ministério Público Federal, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED apontaram sobejamente e de forma incisiva para uma verdadeira falha de mercado. Asseverou que, em decorrência disso, concertar o lógico significa a identificação de um problema regulatório que precisa ser enfrentado, quer seja no âmbito de uma análise de impacto regulatório ou de uma análise de resultado regulatório, afinal, o que se está discutindo hoje, na verdade, foi discutido em boa essência, ao tempo da edição da RN nº 363. Complementou que o que se observa como um problema regulatório são justamente os efeitos nocivos que a sacramentalização do *fee for service* tem feito no país, que tem sido muito ruim para o consumidor, para a liberdade de mercado que se espera e a forma equilibrada como os agentes econômicos devem atuar dentro da esfera de mercado, com indícios, inclusive, de práticas entre competitivos, como recentemente o CADE reiterou, trazendo subsídios ao final da Consulta Pública nº 76,

muito pertinentes e aprofundados. Nesse prisma, alertou que essa realidade precisa ser rediscutida e seja, de fato, implementada, para que a Agência se coloque no papel de incentivar novos modelos, que não privilegie o desperdício e a ineficiência, mas sim para que se obtenha mais qualidade, melhor resultado para o consumidor, um ambiente mais sadio de negociação entre prestadores e operadoras, com uma precificação adequada, real e que importe em absoluto ganho para o consumidor. Aproveitou mais essa oportunidade em que o Ministério Público Federal toma assento, para enaltecer o papel que a Agência já fez, tem feito e, certamente, fará no campo do equilíbrio econômico-financeiro, com o foco no mote principal, que é o alcance de saúde a todos, e com olhar para o social, missão Constitucional dada ao Executivo Federal, através das Agências Reguladoras. Lembrando que, em 2021, o MPF também estará junto com a Agência no aprimoramento da pauta, registrou que o MPF tem acompanhado a atualização do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde e tem observado o quanto as contribuições alcançadas têm sido importantes para o desenvolvimento do ponto e novos modelos, certamente, estarão na pauta da Agência do próximo ano, como a discussão de planos populares, o que é e o que não é passível de regulação, discussão e aprimoramento dos planos de coparticipação, planos individuais e planos familiares, dentre outros. Por fim, citando o número de 47,2 milhões de beneficiários hoje existentes no mercado, conforme citado naquela reunião, incentivou que se faça de 2021 um ano que leve ainda mais brasileiros para a saúde suplementar e no qual os agentes responsáveis, públicos e privados, do setor monitorem a política de reajuste, os balanços das operadoras, os balanços dos prestadores de serviços, a inflação, a sinistralidade, um estudo da ciência atuarial, da sustentabilidade e do equilíbrio do sistema. O Sr. **Tiago Farina Matos** (Conselho Nacional de Saúde - CNS) saudou a colega representante titular do CNS, Sra. Fernanda Lou Sans Magano, que estava participando pela primeira vez da reunião da CAMSS. Tendo em vista o ano absolutamente atípico, que ninguém acredita que vai acabar, reconheceu o extraordinário empenho por parte de todos os diretores e servidores da ANS, um ano ainda de revisão do rol, de trabalho bastante intenso, sobretudo, para a DIPRO, e agradeceu, em particular, à equipe da GGRAS, que realmente se mobilizou, não apenas em todo esse ciclo de revisão do Rol, mas também na mudança do próprio processo de atualização, que vem sendo discutindo no grupo paralelo à Câmara de Saúde Suplementar. Acerca deste assunto, a partir da reunião do grupo de trabalho realizada na semana anterior, perguntou se a Agência pretendia, ainda em 2020, publicar alguma minuta de Resolução para Consulta Pública, enfim, se poderia ser dado um panorama sobre os próximos passos e as perspectivas para se avançar na mudança regulatória do processo de atualização do Rol. Fez referência ao representante da AME, Sr. Gustavo San Martin, fazendo eco a sua fala por entender que, em uma democracia que vem se desenvolvendo, é preciso, realmente, estimular a participação social e oferecer todas as ferramentas para que se possa aprender e aprimorar o estilo de participação e as formas de participação social. Mais uma vez, agradeceu ao Sr. Rogério Scarabel por toda a sua dedicação e por promover o acesso, por mais que o momento seja de crise e com o intenso trabalho da Agência. O Sr. **Rogério Scarabel Barbosa** (Diretor-Presidente Substituto da ANS) agradeceu ao Sr. Tiago Farina Matos pelas palavras e, sobre o seu questionamento, respondeu que, pós a reunião do grupo, foi aberto o prazo para que os membros pudessem apresentar suas contribuições e a ANS estava fazendo o apanhado das várias contribuições recebidas, dentro da ideia macro que foi apresentada, e realizando estudos, tanto junto às assessorias quanto as questões técnicas em relação ao normativo, quanto junto à Procuradoria-Geral na ANS nas consultas referentes às questões legais. Argumentou que editar um normativo é algo complexo, que envolve muitas questões, no entanto, como sempre é de costume na atuação da ANS, em todo novo passo o grupo de trabalho será convocado para apresentação do que foi alcançado, até porque, às vezes, a ação planejada esbarra em questões legais e normativas regulatórias que, necessariamente, precisam ser observadas, haja vista a questão da Consulta Pública. Repetiu que, naquele momento, a fase era de análise das contribuições para verificação do que se encaixa e identificação das medidas a serem tomadas, para submeter aos demais diretores para o devido encaminhamento. Por fim, fez questão de ressaltar ser do interesse da Agência que o resultado desse trabalho se dê o mais rápido possível para apresentar a todos que estão colaborando ativamente com contribuições muito valiosas. O Sr. **Cleudes Cerqueira de Freitas** (União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde - Unidas), na pessoa do Sr. Rogério Scarabel, saudou a todos os participantes daquela reunião e parabenizou a ANS pelos seus 20 anos de muitas conquistas. Como registro da Unidas, colocou a preocupação em relação as suas filiadas, principalmente as de Curitiba, devido ao Decreto Municipal nº 1.580, que suspendeu todos os atendimentos de cirurgias no serviço público e privado e, de forma similar, um hospital de Belo Horizonte também suspendeu os atendimentos. Consignou que a

Unidas encaminhou, naquela data, um ofício à ANS relatando essa preocupação e, assim, apresentou a questão para apreciação, em especial da diretoria da ANS, questionando como poderia ser conferida segurança jurídica para suas filiadas nesses municípios, o que também pode se estender a outros. Neste sentido, no que se refere à RN nº 259, sugeriu que fosse avaliada a possibilidade de estender alguns prazos relacionados, principalmente em alguns municípios. O Sr. **Rogério Scarabel Barbosa** (Diretor-Presidente Substituto da ANS) respondeu que a Diretoria Colegiada estava se reunindo diariamente com o setor, inclusive, recebeu prestadores para tratar sobre esse assunto, assim como o ofício da Unidas e de outras instituições. Explicou que a Agência estava empenhada, avaliando e recebendo as informações, para identificar quais as necessidades com vistas à medida mais adequada a ser tomada. Esclareceu que, durante toda a pandemia, a ANS tem estado muito atenta, inclusive bastante preocupada, com esse novo retrato que vem se apresentando atualmente no Brasil. Registrou que a questão principal dessa avaliação era compreender como está sendo o atendimento também com os prestadores em relação à disponibilidade dos leitos e quais as ações das operadoras, tal como foi feito anteriormente, um trabalho técnico de coleta dos dados e das informações para que se possa subsidiar adequadamente toda a Diretoria Colegiada. Ressaltou, ainda, as recorrentes reuniões internas sobre o assunto, inclusive há uma reunião marcada com todos os diretores, depois daquela reunião da CAMSS, para discutir o assunto. Por ser aquele um tema muito abrangente, facultou a palavra aos diretores que desejassem fazer algum complemento. O Sr. **Maurício Nunes da Silva** (Diretor Substituto de Fiscalização da ANS) reforçando a fala do Diretor-Presidente, disse que a ANS, no âmbito da Diretoria Colegiada, estava analisando esses casos pontuais de legislações específicas de algumas regiões do Brasil a fim de verificar qual o caminho a ser tomado. A Sra. **Carmen Lúcia Lupi Monteiro Garcia** (Conselho Federal de Enfermagem - Cofen), em primeiro lugar, parabenizou a ANS, seus diretores e servidores por todo esse trabalho no ano de 2020, um ano extremamente atípico e pandêmico, e por todas as iniciativas que a ANS tomou, em especial a Consulta Pública, que considera uma questão singularmente democrática, que deve continuar sempre assim, a despeito do número de contribuições. Parabenizou a Agência também pelo prêmio recebido e agradeceu o excelente atendimento ao ofício do Cofen, dado pelo Sr. Teófilo Rodrigues. Por fim, ensejou uma feliz entrada de ano a todos, prevendo que, independente do que venha como enfrentamento para o próximo ano, pior do que 2020 seria impossível. O Sr. **Denilson de Souza Freitas** (Associação Nacional do Ministério Público do Consumidor - MPCon)**,** pedindo desculpas por não terem incluído, no prazo regimental, o tema a ser discutido, até porque se trata de uma situação que evoluiu nos últimos dias, sinalizou que sua colocação guardava relação com o que foi apontado pelo representante da Unidas e, de alguma forma, havia sido respondida pelo Sr. Rogério Scarabel, a qual tratava de um prognóstico, no que se refere à pandemia, em um futuro muito próximo, pois, com a repetição dos modelos ocorridos, especialmente na Europa, não seria difícil imaginar que o Brasil teria igual cenário. Assim, considerando que os hospitais já estavam com alta ocupação, não apenas nos leitos de UTI, disse que seu apontamento era, justamente, no sentido de uma antecipação da Agência frente aos problemas vistos há poucos meses, como: a ocupação dos leitos das UTIs; o monitoramento dessa utilização dos leitos; os testes; as tecnologias a respeito de testes em eventual inclusão do Rol; a questão dos reajustes; e também do problema de material. Citou como exemplo o problema das seringas que, pode ser simples, mas trouxe dificuldades que, provavelmente, impactarão os tratamentos hospitalares pela falta do material. Diante do exposto, disse que sua manifestação era no sentido de sugerir à Diretoria da ANS que se antecipe fomentando a questão junto às operadoras e hospitais particulares, e solicitou que a questão fosse analisada com muito carinho. O Sr. **Rogério Scarabel Barbosa** (Diretor-Presidente Substituto da ANS), em nome da Agência, agradeceu e se comprometeu a passar sempre todas as informações para os membros da CAMSS, como vem praticando, das medidas tomadas e respondeu que a Agência está sim em contato com o setor e avaliando as informações apresentadas e as que a própria Agência acaba por perceber, inclusive interagindo com o Ministério da Saúde sobre esse ponto específico. O Sr. **Rogerio Araujo Medeiros** (Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas – CMB) comentou que, à medida em que participa da CAMSS e dos vários grupos de discussão, fica estudando os dados do segmento, a exemplo das operadoras filantrópicas que, no passado, chegaram a 150 e hoje são apenas 34, pois, devido à falta de capacidade de sustentação, uma parte mudou de classificação e migrou para a medicina de grupo para não sofrer intervenção, outra parte foi adquirida por operadoras com poder econômico para tanto. Disse que, apesar de corroborar com todos que elogiaram a transparência da ANS, observou que essa transparência sempre existiu, tanto que essas informações estão disponíveis, o que mudou foi que ela se tornou mais fácil e de maior visibilidade. Disse que a transparência deve ser

enaltecida desde o início da Agência, hoje reforçada pelo o sistema que está sendo desenvolvido, o plano de trabalho de toda essa tecnologia e tudo que é disponibilizado para consulta. Neste prisma, avaliou a velocidade de resposta da ANS, em 2020, foi absolutamente surpreendente e o que merece ser enaltecido é justamente essa velocidade, empreendida para muitas das necessidades, dado o distanciamento social, dado a não mais presença física nas grandes discussões, questão fundamental. Novamente, mencionando os dados disponíveis, indicou que, embora o índice de solvência para as filantrópicas pareça excelente, ainda falta muito a ser feito considerando o pequeno número de 34 operadoras filantrópicas em atividade. Acrescentou que, da mesma forma, enquanto alguns lutam para que o processo de atualização do Rol seja mais ágil na disponibilização, outros, como ele, fazem a defesa de manter o Rol com algumas limitações que não são possíveis serem ampliadas em operadoras filantrópicas, a exemplo de várias Santas Casas que gostariam de administrar um pequeno plano de saúde, mas não têm condições de cumprir todo o Rol. Quanto ao aumento do número de usuários de planos de saúde mencionado, disse não ser possível sustentar dentro da lógica atualmente colocada. Diante das considerações acima, alertou que existem usuários que querem comprar menos para terem algum suporte, no entanto, o mercado está, literalmente, perdendo estes usuários para as empresas de cartão de desconto, que vêm crescendo porque o braço da ANS não alcança esse tipo de empresa. Asseverou que não olhar com cuidado para essa questão é fazer autofagia do segmento de saúde suplementar e, dessa forma, disse que o desafio pelo lado das filantrópicas era bater nesta tecla de facilitação para a abertura eventual de novas operadoras que consigam atender a essa população, que está simplesmente indo para os cartões de desconto, sem nenhuma garantia ou suporte, o que traria muito trabalho futuro. Pontuou ainda que era preciso fazer movimentos, que não pela CAMSS, mas juto à Assembleia para rever essa legislação. Concluindo, saudou os diretores e servidores da ANS e reiterou que, apesar da pandemia, foi fantástica a forma como a Agência conseguiu dar respostas rápidas ao mercado, velocidade esta que precisa ser impulsionada por conta a pressão dessas outras demandas. O Sr. **Rogério Scarabel Barbosa** (Diretor-Presidente Substituto da ANS) pediu licença para fazer uma observação porque, talvez, alguma fala sua possa ter dado uma impressão equivocada de ter dito que somente agora a Agência seria transparente. Neste sentido, esclareceu que, absolutamente, não quis fazer referência a isso, em nenhum momento, e afirmou a ANS desde sempre imprimiu transparência e previsibilidade e continua atuando do mesmo modo como sempre atuou, trazendo as informações de forma clara, transparente e tentando melhorar, cada vez mais, o diálogo com o setor e a aproximação com a sociedade. O Sr. **Roberto de Oliveira Vellasco** (Federação Brasileira de Hospitais - FBH) congratulou a Diretoria da ANS pela condução de todos os trabalhos durante 2020, ano extremamente difícil para todos. Ensejou que esse período seja ultrapassado o mais breve possível e que se consiga manter em alto nível os entendimentos a respeito de quaisquer assuntos que interessem tanto aos prestadores, quanto às operadoras do setor de saúde suplementar. Manifestou que a Federação Brasileira de Hospitais se solidariza com todos e deseja um fim de ano repleto de esperanças de que possamos entrar em 2021 com certezas a respeito do fim dessa pandemia que tanto assolou o nosso país. A Sra. **Maira Caleffi** (Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama - Femama) externou o quanto foi importante o exercício da Consulta Pública, mesmo durante a pandemia e com tantos outros problemas concorrendo com a CP, e considerou como imprescindível a continuidade desse processo, cada vez com uma ampliação maior. Observou que há muitas entidades representantes de pacientes diretamente envolvidas com a ANS, indicou que aquilo era fundamental para que se consiga atender o que o paciente quer no final das contas. Disse que, como cirurgiã e voluntária da Femama, estava ali, assim como os demais, com a finalidade de que o paciente saia ganhando. Registrou que há ainda alguns pontos a serem ampliados e realizados com o objetivo de que haja ainda mais contribuições, porque essas contribuições dão voz ao paciente, revelando o que pensam. Dessa forma, agradeceu a parceria com a ANS e a oportunidade de participar as reuniões da CAMSS, que tem sido muito importante para a Femama. O Sr. **Reinaldo Camargo Scheibe** (Sindicato Nacional das Empresas de Medicina de Grupo - Sinamge) repetindo o que já foi dito em várias falas, inclusive concordando com tudo aquilo que o Sr. Rogério Medeiros colocou de que, nesse ano futuro, haverá muito trabalho, frisou que, contudo, era muito importante agradecer o ano, a colaboração, o diálogo que a Abramge teve com toda a ANS e com os seus colaboradores, mesmo com dificuldades, com reuniões remotas, reuniões até fora de horário, bem como a transparência desde sempre imprimida pela ANS, a qual está muito mais rápida, permitindo um diálogo mais liso, com maior resolutividade, não só com a Agência, mas também com todos os demais prestadores que fazem parte desse contexto. Registrando que 2020 foi um ano de experiências

duras, mas também de aprendizado, listou várias das atuações efetuadas: conseguiu-se manter um alto grau de atendimento aos usuários, mesmos com as maiores dificuldades; foram criadas, de forma muito rápida, novas formas de comunicação com os usuários, com os prestadores; atuação no fluxo das operadoras e na gestão das empresas, também com rapidez; logística de distribuição de materiais, de respiradores, de EPIs; o apoio entre as empresas, inclusive de empresas privadas com relação ao Estado, fornecendo leitos de hospitais em mais de uma região do país. Apontou que tais atuações demonstram a confiança que se tem no sistema e a importância de que tudo isso seja feito em prol daquele que, de fato, é a pessoa mais importante desse contexto, os usuários e pacientes. Salientou a evolução obtida em vários aspectos, como o aprimoramento da telemedicina, sobre a qual impera a necessidade de se avançar, até para ajudar a cobrir, conforme a própria legislação prevê, quando se tem um produto de cobertura nacional, é preciso utilizar de todos os recursos que possam dar cobertura aos usuários orientada para o Brasil inteiro. Exaltou o trabalho em equipe, o relacionamento, a solidariedade entre todos os atores do setor, o grau de confiança, que também aumentou muito no sistema como um todo. Por fim, disse que o ano ainda não havia terminado e, conforme já colocado, ponderou que ainda havia muitas dificuldades de atendimento em algumas regiões, não por conta das operadoras, pois as liberações continuavam, mas por questões diversas, a exemplo de uma ocorrência naquele dia, em que o Prefeito de Itu reservou um hospital inteiro e não queria que este atendesse a iniciativa privada. Enfatizou a necessidade de se buscar soluções, as quais somente se tornam possíveis através do entendimento e do trabalho em equipe com vistas a romper essas barreiras. Mais uma vez, agradeceu a todos, às equipes da ANS, a Diretoria e os colaboradores da Agência e, em nome da Abramge, desejou que se possa produzir mais e atender cada vez melhor e que o novo ano se inicie com a vacina chegando. O Sr. **Marcelo Moncôrvo Britto** (Confederação Nacional de Saúde, Hospitais, Estabelecimentos e Serviços - CNSaúde) apresentou uma solicitação à Diretoria da ANS, em especial as de normas e de fiscalização, sobre os reajustes que ficaram represados em 2020 e a Agência liberará no início de 2021. Nesta linha, alertou que, como existe uma tabela limitadora desse reembolso, normalmente vinculada ao valor do prêmio, em 2021, esses valores irão retroagir, portanto, aqueles usuários que entraram com pedido de reembolso e não o receberam em sua integralidade, em virtude desse limite tabelado, têm direito à correção, no entanto, parte desses usuários não entrarão com o pedido de correção desses valores. Dessa forma, considerando aquele árido assunto, sugeriu que a Agência, ingressasse com uma orientação às operadoras de que, uma vez aplicado o reajuste retroativo, sejam automaticamente corrigidos os valores que não foram reembolsados nesse período discutido. Opinou que essa ação ajudaria bastante a evitar que, mais uma vez, a Agência receba inúmeras NIPs por falta de correção dos valores aplicados. Fechado esse assunto, agradeceu à Diretoria da Agência, naquele ano atípico em que essa geração assiste a uma pandemia e, de certa forma, por sorte ou azar, aquele setor estava na linha de frente do combate a essa pandemia, seja como médicos ou líderes na área de saúde, tentando dar um bom resultado à sociedade e, principalmente, aos usuários do Brasil. Deu os parabéns a todos, almejando que 2021 seja, pelo menos, bem melhor do que 2020. O Sr. **Rogério Scarabel Barbosa** (Diretor-Presidente Substituto da ANS), cumpridos os itens de pauta e não havendo mais nenhum pedido de fala, facultou a palavra aos demais diretores da ANS para suas considerações finais. O Sr. **César Brenha Rocha Serra** (Diretor Substituto de Desenvolvimento Setorial da ANS), agradecendo a presença de todos, comentou, novamente, sobre a atipicidade daquele ano difícil para salientar que a pandemia não acabou, ela tem o seu próprio calendário e a ANS continuará sendo chamada a tomar decisões ou, pelo menos, a estudar os cenários para possível tomada de decisão. Neste sentido, chamando a atenção para o peso das medidas e a responsabilidade da ANS, reafirmou a necessidade de ouvir a todos os segmentos e, mais do que isso, a imprescindibilidade de se obter informações confiáveis e concretas que confiram segurança para a tomada das medidas corretas. Reforçou o que disse na abertura de que a participação de todos foi, continua sendo e será fundamental nessa parceria como responsáveis pela discussão da saúde privada no país. E assim, disse esperar poder continuar contando com a participação de todos para vencer as semanas e meses que se avizinham, tendo em vista que, caso seja necessário, a ANS voltará a pedir novas informações aos vários segmentos, justamente, para auxiliar nas melhores decisões. Encerrando, apesar da Covid-19 não respeitar datas, desejou a todos feliz Natal e uma boa virada de ano e, sobretudo, que essa pandemia finalmente comece a caminhar para o fim para um 2021 mais tranquilo. O Sr. **Maurício Nunes da Silva** (Diretor Substituto de Fiscalização da ANS) avaliou que, em que pese um ano anômalo e tão complicado para o setor e para o país, foi possível avançar bem em questões sensíveis e delicadas. Frisou que, de uma forma geral, o setor como um todo contribuiu bastante com o trabalho da Agência,

em especial com o envio de informações. Dessa forma, reiterou os agradecimentos e, como aquele, talvez, fosse o último encontro do ano, deixou o seu feliz Natal e próspero ano novo. O Sr. **Bruno Martins Rodrigues** (Diretor Substituto de Gestão da ANS), para não ser repetitivo diante das palavras dos diretores que o antecederam, disse que queria apenas realçar que a Agência jamais fugirá da sua missão de promover os debates e de colocar as pautas necessárias para que o setor continue mantendo bases que tornem esse sistema cada vez mais sustentável diante dos desafios tradicionais e que acabam sendo reforçados por conta da pandemia. Da mesma forma, desejou que sejam alcançadas soluções para essa crise, o quanto antes, e que se consiga atingir, em definitivo, uma medida que seja a vacina, que permita retornar, não à normalidade anterior, considerando que o mundo é dinâmico e está em constante transformação, mas que seja uma normalidade que promova terreno fértil para que o nosso setor continue forte e sustentável. Ensejou a todos um ótimo final de ano. O Sr. **Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho** (Diretor de Normas e Habilitação das Operadoras da ANS), pegando um gancho da fala do Diretor César Serra, frisou que a informação é matéria prima do trabalho e da atuação da ANS, logo, a informação qualificada é sempre fundamental para as tomadas de decisões e, quanto mais informações qualificadas forem apresentadas, melhores decisões serão tomadas. Constatando que o espírito de colaboração estava colocado, frisou o quanto é essencial a contribuição de todos e o quanto vem se aprendendo ao longo desse tempo. Alertou que todos devem se unir em favor da saúde, que é um bem de toda a sociedade, logo, cuidar e ter prevenção para não adoecer e, se doentes, agir na tentativa de passar logo a situação. Considerando que já havia uma sinalização positiva com relação às vacinas, manifestou esperança, acreditando que o Governo já estava unido nesse propósito de viabilização, o quanto antes, para que as pessoas possam ser vacinadas e essa situação seja resolvida o mais breve possível. Desejou a todos um feliz Natal, bom ano novo e reiterou que ainda havia um mês antes do ano se encerrar nesse cenário de incerteza, portanto, poderia ser necessário reunir novamente ainda em 2020 para discutir e tratar algum assunto importante para a saúde suplementar brasileira. O Sr. **Rogério Scarabel Barbosa** (Diretor-Presidente Substituto da ANS), seguindo nessa linha do cuidado, pediu que todos fiquem atentos aos indícios, já noticiados, sobre a nova etapa de contaminação da Covid-19, salientando a importância do papel de cada um no seu cuidado individual, no cuidado familiar, para que a sociedade possa ultrapassar mais essa etapa com o menor impacto possível. Lamentou as muitas perdas, sofrimento, impactos econômicos decorrentes da quarentena e, por conseguinte, a família dos beneficiários, especialmente dos mais idosos que, no momento da sua aposentadoria, ainda tem uma redução das suas rendas, bem como todos os beneficiários que, de alguma forma, acabam por perder os seus empregos ou a manutenção dos seus negócios. Neste aspecto, considerou importante a palavra de sensibilização, muito bem colocada naquela reunião, de solidariedade quer seja em relação ao atendimento, quer seja em relação à questão do reajuste, do parcelamento e tantas outras. Afirmou que a ANS se solidariza com a população e, saibam todos, continuará incansável nos trabalhos, buscando sempre entregar o melhor possível para o setor de saúde suplementar, que é tão importante individualmente quanto coletivamente para os brasileiros. Consignou que os servidores da ANS muito se dedicam em busca de soluções técnicas sustentáveis que tragam segurança e saúde para todos. Desejou um feliz Natal e um ano melhor, com muito mais saúde e paz nos nossos corações, pedindo a todos que se cuidassem e se conscientizassem na preservação da vida. Deu por encerrada a 104ª Reunião da Câmara de Saúde Suplementar.

5. APROVAÇÃO

5.1. Em 08/04/2021, durante a 105ª Reunião Ordinária da Câmara de Saúde Suplementar, também realizada pela plataforma *Microsoft Teams*, o Diretor-Presidente Substituto da ANS registrou que a Ata da 104ª Reunião Ordinária da CAMSS havia sido enviada a todos os membros da CAMSS no dia 1º/04/2021 para considerações e eventuais alterações, até o dia 06/04/2021. Comunicou que, tendo em vista a nova dinâmica das reuniões - via online - e considerando que não houve solicitação de alteração por parte de nenhum dos representantes, a Ata da 104ª Reunião da CAMSS estava tacitamente aprovada por todos os membros da CAMSS participantes da reunião e seria assinada eletronicamente pelos diretores da ANS. Informou que, após a assinatura eletrônica, a ata ficaria disponível no sítio da ANS juntamente com o áudio da reunião.

5.2. Segue a presente Ata de Reunião para assinatura eletrônica dos Diretores da ANS.

Documento assinado eletronicamente por **Mauricio Nunes da Silva**, **Diretor(a) de Fiscalização (Substituto)**, em 15/04/2021, às 13:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, do Decreto nº 8.539/2015.

Documento assinado eletronicamente por **Cesar Brenha Rocha Serra**, **Diretor(a) de Desenvolvimento Setorial (Substituto)**, em 16/04/2021, às 14:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, do Decreto nº 8.539/2015.

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto Vanderlei Rebello Filho**, **Diretor(a) de Normas e Habilitação das Operadoras**, em 16/04/2021, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, do Decreto nº 8.539/2015.

Documento assinado eletronicamente por **Bruno Martins Rodrigues**, **Diretor(a) de Gestão (Substituto)**, em 16/04/2021, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, do Decreto nº 8.539/2015.

Documento assinado eletronicamente por **Rogério Scarabel Barbosa**, **Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (Substituto)**, em 16/04/2021, às 18:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, do Decreto nº 8.539/2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.ans.gov.br/sei/autenticidade, informando o código verificador **20416025** e o código CRC **29667D19**.

Referência: Processo nº 33910.019022/2020-91 SEI nº 20416025